
101ª SESSÃO ORDINÁRIA – 21OUT2013

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

O Sr. Tiago Holzmann da Silva, Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio Grande do Sul (IAB/RS), está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos, para tratar de assunto relativo a concursos públicos de Arquitetura.

O SR. TIAGO HOLZMANN DA SILVA: Muito obrigado. Boa-tarde a todos, ao Presidente Dr. Thiago, aos Vereadores, às entidades e à comunidade presente. Esta Tribuna Popular já estava solicitada há cerca de dois meses. A gente teve essa coincidência do ponto que vai ser tratado hoje, com essa discussão referente ao projeto da orla, do nosso colega, o arquiteto Jaime Lerner, e também com as críticas que o IAB e os arquitetos sofreram por parte do Prefeito, logo após essa audiência, que, ao que nos parece, também, de alguma maneira, afetam o Parlamento. O atual Prefeito, em 2007 e 2008, quando era Secretário do Planejamento, ele próprio teve a iniciativa de procurar o IAB para conversar sobre um concurso para a orla. Esse concurso, em janeiro do ano de 2008, estava a ponto de ser lançado, e a gente não soube ainda a explicação por que a Prefeitura, naquele momento, desistiu de realizar um projeto para a orla – em 2008. Nós temos solicitado também audiência para realizar uma reunião com o Prefeito, e não temos obtido um bom resultado.

Mas nós viemos aqui, na verdade, para dar continuidade a um outro assunto. Acredito que os Srs. Vereadores já receberam, na outra oportunidade em que o IAB ocupou esta tribuna, o documento Por um Projeto de Cidade, 10 pontos fundamentais para as administrações municipais construírem um projeto de cidade. Naquela oportunidade, nós apresentamos o ponto nº 1, que era o planejamento urbano. Nesta oportunidade, agora, iremos apresentar o ponto nº 9 – concursos públicos de projeto para obras públicas, o tema é: concursos públicos de arquitetura e urbanismo que tem três subitens: exigir a

realização de concursos públicos de arquitetura e urbanismo, abertos a todos os profissionais ou equipes qualificadas tecnicamente para estudar, avaliar e propor soluções para Cidade; eliminar a prática de contratação de projetos através de licitações de menor preço e as questionáveis e antiquadas contratações de notório saber, e valorizar concursos públicos como instrumento para a conquista de cidades mais sustentáveis, justas e belas.

O que nós gostaríamos hoje, Presidente, é apresentar, quem sabe com um caráter um pouco mais didático, o que é o concurso público.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. TIAGO HOLZMANN DA SILVA: Uma breve apresentação. O IAB nacional foi fundado em 1921, tem, portanto, 92 anos. Temos departamentos ativos em 22 Estados da Federação; no Rio Grande do Sul, o IAB foi fundado em 1948, completando 65 anos em março deste ano. Trouxe também aqui alguns concursos em andamento. O concurso para o vão central do Mercado Público de Florianópolis, uma promoção da Prefeitura de Florianópolis, organizada pelo IAB; o concurso Casa de Rui Barbosa, organizado pela Fundação, com organização do IAB do Rio de Janeiro; o concurso, que nos parece a “cereja do bolo” dos últimos anos, o concurso para a Estação Antártida Comandante Ferraz. O Brasil vai reconstituí-la, na Antártida, após o acidente, o incêndio que houve no ano passado. Esse é um concurso que foi contratado pela Marinha do Brasil, e que eu fiz questão de colocar, para os senhores terem ciência, o cronograma das atividades até este momento. Esse concurso lançado em janeiro deste ano; em abril foi anunciado o resultado; em junho foram contratados vencedores; em outubro o projeto executivo foi entregue. Então, o prazo, para quem conhece o funcionamento de uma licitação pública, em 10 meses, do lançamento do edital ao projeto executivo, é provavelmente um recorde que estamos comemorando, ainda mais para um objeto tão complexo como uma Estação Antártida. Esse concurso foi vencido por uma equipe de Curitiba, foi um concurso nacional, promovido pela Marinha do Brasil. E o próximo exemplo que eu trago para ilustrar esse início de fala é uma equipe gaúcha, que há poucas semanas ganhou um concurso, nacional também, organizado pela Universidade de São Paulo, para a

requalificação da Biblioteca Pública daquela Universidade. Então, é uma equipe de jovens arquitetos, com um trabalho altamente qualificado, todos formados no Rio Grande do Sul. O que é um concurso? O concurso público está previsto no art. 37 da Constituição Federal, depois detalhado na legislação de licitações, na Lei nº 8.666. O concurso público é uma das modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666, e, no art. 13, o concurso está identificado como sendo preferencial para a contratação de projetos e serviços especializados. Esse preferencial deveria ser obrigatório, e é por isso que estamos lutando na Câmara Federal, junto com outras entidades, para que o concurso público seja obrigatório na contratação de serviços das áreas técnicas.

O concurso tem essa fundamentação legal baseada na UNESCO, então, a 20ª Conferência da UNESCO definiu o concurso público como a melhor forma de licitação e de contratação de projetos. O nosso colega Jaime Lerner foi Presidente da União Internacional de Arquitetos – UIA, vinculada à UNESCO, uma das maiores promotoras e patrocinadoras de concursos em todo o mundo.

No âmbito nacional, a fundamentação legal do concurso é dada pela Lei nº 8.666, que infelizmente não detalha o processo de elaboração dos concursos e tampouco obriga. Essa é uma luta nacional do IAB e de outras entidades para que a gente possa ter o concurso como uma modalidade obrigatória. No nosso entendimento, ele traz grandes qualidades e vantagens sobre outras modalidades.

Por que o concurso público? O concurso é a forma mais adequada de se contratar um projeto, um objeto que tenha a importância na sua elaboração da questão intelectual, da questão do conhecimento, da criatividade. O concurso é a forma mais segura, mais sustentável, mais transparente de se contratar um projeto, porque ele baseia a sua escolha no critério da qualidade. Então, em vez do menor preço ou do notório saber, o critério de contratação é o da qualidade, ou seja, pelo mesmo preço, pelo mesmo valor definido inicialmente, em edital, nós temos a contratação do melhor projeto, da melhor solução para aquele objeto.

Como funciona um concurso público? O concurso público tem um funcionamento semelhante a outras licitações, ele é baseado num edital, publicado amplamente, para que todos os interessados possam participar. Esse edital tem um termo de referência, tem uma minuta de contrato, tem valores de honorários, tem uma descrição clara do objeto. E a análise do concurso público, de uma proposta de concurso público é feita de maneira

sigilosa, por uma comissão julgadora escolhida e que vai fundamentar a sua escolha em critérios técnicos, para poder escolher a melhor proposta, a melhor solução para aquele projeto. Essa avaliação é sigilosa, ou seja, a comissão julgadora não tem acesso direto aos autores das propostas, o que nos parece também uma vantagem muito grande porque não se escolhem nomes, equipes ou profissionais, mas se escolhe a melhor proposta para aquele problema específico.

Um concurso tem um promotor, a administração pública, um organizador, a comissão de licitação do concurso. O IAB do Rio Grande do Sul, a partir da nossa experiência com concursos, tem desenvolvido uma metodologia de organização de concursos, à qual temos oferecido para diversas administrações.

O tempo que dura um concurso é um tempo igual ou inferior a uma licitação de outra modalidade. Estima-se um prazo de dois a três meses para a elaboração do edital, 45 dias a dois meses para a elaboração das propostas, totalizando um prazo de quatro a seis meses do começo ao final do processo – a contratação do vencedor. As vantagens do concurso público, no nosso entendimento, são que por um valor de honorários, previamente determinado, fundamentado em tabelas de honorários que são públicas, o promotor pode escolher a melhor proposta para aquele problema. Também a transparência do processo, a possibilidade de participação de todos os profissionais, a grande oportunidade de publicidade de todas as etapas, inclusive de publicidade do promotor através de mídias gratuitas, o caráter público e democrático, o acompanhamento pela comunidade e o cuidado seletivo na utilização dos recursos públicos. Finalmente, o concurso dá oportunidade para novos talentos, criatividade, inovação e, com certeza, oferece para a Cidade referências arquitetônicas, culturais e turísticas de altíssima qualidade. Muito obrigado. Agradeço a oportunidade. Vou solicitar que continue passando o PowerPoint porque tem uma série de outros exemplos de concursos só para ilustrar, Presidente, o final da fala. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. JUSSARA CONY: Boa-tarde, Presidente; boa-tarde a todos. Eu queria cumprimentar de uma forma muito particular o Sr. Tiago Holzmann da Silva, Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil. Aliás, o Instituto, ao longo da sua história, sempre tem tido posições extremamente avançadas na perspectiva de cidades, inclusive, sustentáveis. E hoje, talvez, seja um momento importante porque estamos a caminho da 5ª Conferência Nacional das Cidades, com o tema “Reforma Urbana já”. Então esta Casa tem tido interessantes participações pelo significado, aliás, um das reformas estruturantes para o nosso País.

Eu não posso deixar de ver as duas faixas que aqui estão, uma, inclusive, do Sindicato dos Odontologistas do Estado, contra a terceirização da saúde, e outra, pelo IAB. Falo como Vereadora do PCdoB, em nome da minha Bancada, minha e do Ver. João Derly, mas falo como funcionária concursada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na área administrativa e depois assumindo, num processo todo dentro da Universidade, minha profissão farmacêutica: concurso público é estratégico para a gestão pública de qualidade. Nós trazemos aqui, em primeiro lugar, o agradecimento pela sua presença, e por trazer tão importante assunto, e a par disso trazemos todo o nosso apoio. Nós precisamos valorizar os trabalhadores do setor público, seja da União, Estado ou Município porque nós queremos projetos não deste ou daquele governo, nós precisamos de projetos de Nação, projetos de Estado, de políticas públicas de Estado. E, nas várias profissões que formam hoje a perspectiva, junto aos governos, junto ao Estado nacional, no sentido de que tenhamos políticas públicas de qualidade, e urbanização é decisiva, caminha junto com saúde, com educação, dentro das transversalidades necessárias, nós precisamos que a porta de entrada seja concurso público, com ascensão funcional, com Planos de Cargos, Carreiras e Salários, para que a gestão pública seja eficiente e de qualidade, porque o foco deve ser o cidadão, seus anseios e seus direitos. Parabéns e muito obrigada pela sua presença.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Presidente do IAB, nós somos absolutamente solidários e queremos inclusive elogiar a postura do IAB. Talvez outra entidade não fosse tão leve com o Prefeito pela forma como a Prefeitura tratou o Instituto dos Arquitetos em relação ao tema da orla. É óbvio que hoje a fala não é só sobre ele, acho que está muito bem fundamentada a luta do IAB sobre os processos republicanos abertos que valorizem de fato nossos arquitetos e os nossos engenheiros. Nesse tema da orla, em especial, o Prefeito reuniu-se com o Instituto dos Arquitetos, ia encaminhar um concurso, desiste, não dá explicação, contrata sem licitação, gasta um dinheiro enorme e não discute com a sociedade o termo de referência que contratou. Portanto, a sociedade gaúcha não sabe o que o Prefeito contratou em seu nome, a sociedade rio-grandense e o Instituto dos Arquitetos tinham um processo de diálogo que simplesmente foi descartado. É utilizado, é chamado quando interessa à Prefeitura. Isso está acontecendo inclusive no Parque do Gasômetro. Lamentavelmente os Vereadores de oposição desta Casa que compunham o GT Parque do Gasômetro não estão sendo convidados, têm notícias pelo *site* e sei que as instituições também. Então, lamento profundamente pela democracia que esta Cidade está rasgando, historicamente precursora que foi da democracia participativa.

Quero dizer que o Instituto dos Arquitetos cumpre um papel muito importante para esta Cidade, se fosse mais escutada, ela seria muito mais sustentável, muito mais bonita esteticamente, com soluções bem melhores para a nossa Cidade. Então, quero parabenizar inclusive a dimensão de ativação cultural que o Instituto dos Arquitetos mobiliza e se dedica.

Por fim, quero ser solidária ao Presidente da Câmara, porque achei inaceitável que a Prefeitura, que o Prefeito diga que não vem mais à audiência pública; porque audiência pública é o espaço da fala do cidadão, não é o lugar para votar, para tirar encaminhamento, e a Prefeitura nem sequer se propõe a escutar através da audiência pública, já rasgou uma série de outros processos e compromissos, não sei em que tempos vive a Prefeitura de Porto Alegre. Acho que foi desrespeitoso com a nossa Casa, sim, Presidente, mas, mais do que isso, foi e é com a população de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago, na pessoa de V. Exa., quero cumprimentar os demais Vereadores e Vereadoras; quero também cumprimentar, em nome da Bancada do PDT, o meu Partido, o Tiago, Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB. Quero apenas fazer algumas correções e algumas considerações, acreditando que é oportuno e importante que esse debate venha para a agenda positiva da Cidade, mas não podemos deixar de registrar que o IAB foi eleito, compõe e tem assento no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, que é o colegiado que está previsto no Plano Diretor responsável por analisar esses projetos de transformação e qualificação de espaços urbanos. Inclusive, corrigindo aqui a Ver.^a Sofia, dizer que esse projeto foi aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental e, portanto, ele foi submetido a um órgão colegiado que tem atribuições na lei, que é o Plano Diretor, que foi emendado nesta Casa por mais de 400 sugestões de Vereadores, foi feito a quatro, a seis mãos num debate que respeitou as audiências públicas, as contribuições sindicais de organizações. Então realmente eu diria que é inquestionável que o nosso Governo está tentando imprimir uma nova realidade da interlocução da Cidade com o Guaíba, e acredito que esse projeto, em que pesem as manifestações organizadas da audiência pública, respeitando aqui a opinião do IAB, ele vem para qualificar a Cidade. Acho que nós fizemos um grande esforço no final do período do concurso, quando vencia o concurso de engenheiros e arquitetos, nós construímos, junto com a Secretaria de Administração, Planejamento, Obras e outras, ainda no final do Governo que foi renovado agora, com uma expressiva votação, para dar continuidade ao seu projeto, nós aprovamos a criação de mais 19 cargos de arquitetos e engenheiros para aproveitar aquele concurso. Os profissionais foram chamados, portanto a Prefeitura teve uma complementação nos seus quadros no que diz respeito a arquitetos e engenheiros, mas é óbvio que a gente sabe que sempre que possível nós podemos contar com mais profissionais, e isso também vem para qualificar. Quero dizer que somos a favor, que bom que essa agenda e esse debate venha para a agenda positiva da Cidade, e inclusive o Secretário Baggio era um defensor dos concursos para intervenções públicas; nós acreditamos que também é uma boa solução, sem desmerecer as demais soluções que têm respeitado os trâmites regimentais legais e que vêm também para colaborar e somar para o bem da Cidade e do interesse coletivo da maioria dos porto-

alegrenses. Fica aqui o nosso registro, o nosso abraço. Vida longa ao IAB, em nome da Bancada do PDT. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Presidente do IAB, que mais uma vez está aqui na Câmara de Vereadores, queria fazer uma pergunta, se for possível, até para ajudar a Ver.^a Sofia. Eu queria saber se, em todos esses prédios – são quase 20 prédios aqui ao redor da Câmara de Vereadores, todos do Governo Federal – houve concurso público com os gaúchos, porque, pelo que parece, nem o projeto, muito menos a execução são executados por empresas gaúchas: todas são de Brasília, Bahia, São Paulo ou do resto do Brasil. Isso, sim, também tem que ser falado: por que todos esses edifícios que foram construídos aqui perto da Câmara, na sua grande e esmagadora maioria, vêm de fora? Tanto o projeto como a execução. Isso a Ver.^a Sofia não lembra de falar. Outra coisa também, queria dar um exemplo de um projeto que foi feito concurso público do Cais do Porto: Porto dos Casais, um grande projeto que morreu na casca, e agora é outro projeto que está lá. Eu sou a favor de que se consulte, que se faça... mas que se façam coisas factíveis e coisas possíveis de serem analisadas e discutidas.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Dr. Thiago, eu falo em nome da Bancada do PTB, dos Vereadores Elizandro Sabino, Paulinho Brum, Cassio Trogildo, nosso Líder, e este, realmente, Presidente Tiago, a gente acha importante o concurso público. Isso é bom para a entidade. V. Exa. dirige essa entidade com muita tranquilidade, mas eu discordo, Presidente Tiago, não de V. Sa., mas das pessoas que receberam muito mal o arquiteto Jaime Lerner. Ele é recebido em todas as partes com palmas e até com tapete vermelho. Eu achei um absurdo, naquele dia, um cidadão, um senhor de idade...

Mostravam um papel que dizia que seriam três anos e meio de cadeia para o arquiteto Jaime Lerner. Eu achei um absurdo fazer isso aí. Aqui está a Ver.^a Sofia Cavedon, claro Ver.^a Sofia, o Prefeito toma essa atitude de não vir mais aqui porque, realmente, quando se mobilizam, não deixam o Secretário falar, não deixam o Prefeito falar, e o Prefeito faz a Prefeitura na comunidade. A Ver.^a Sofia nunca participou disso. O Prefeito visitou 17 regiões, e eu nunca vi a Sofia Cavedon junto nas visitas. Eu fui a todas as 17 visitas, no ano retrasado, no ano passado e estou indo pela terceira vez e não encontrei a Ver.^a Sofia. Então, o Prefeito se aproxima, sim, com certeza da comunidade. Parabéns, Tiago, por ter vindo esclarecer o projeto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, eu quero, antes de mais nada, cumprimentar o arquiteto Tiago Holzmann da Silva pelo seu pronunciamento didático, esclarecedor, bem concentrado e, sobretudo, muito bem direcionado. Eu acho que algumas pessoas não compreenderam exatamente a qual concurso público o senhor se refere. Para esse não precisa de plano classificado de cargo, não precisa de nada disso; precisa se utilizar e priorizar uma discussão da lei que não torna obrigatório, mas que dá liberdade para os administradores acolherem ou deixarem de acolher a conveniência de se fazer esse certame público previsto na lei específica, que permite, na sua expressão, ser avaliada a qualidade das propostas e não do famoso saber jurídico ou, quem sabe, de menor preço, que é o critério que considero o menos justo de todos. Não sei se eu sou muito simplista, porque eu vim lá da fronteira, onde se dizia que a economia é a base da porcaria. Buscar um serviço profissional e querer condicionar a um preço aviltante para aquela profissão é uma forma muito inadequada de se apreciar uma competição e se decidir pelo certame. Então, quero lhe dizer, com toda a tranquilidade, pela minha posição de liberal, sou contra qualquer dogma, porque, para o liberal, o maior dogma é não ter dogma. Acho que esta discussão aberta, com a sinalização que o senhor propiciou, é uma bela discussão. Longe de mim dizer que estou aqui para hipotecar total solidariedade ao que o senhor afirmou; nem tão pouco, ao contrário, de dizer que eu não esteja de acordo com a maioria do que

pág. 9

o senhor diz. Quero cumprimentá-lo, porque o senhor colocou de forma muito objetiva um debate sobre uma proposta que a sociedade brasileira tem que se debruçar sobre ela. Até porque, como bem foi acertado, o Congresso Nacional discute a mudança de uma letra, se retirar o preferencial por obrigatório, nós temos resolvida a situação, sob a sua ótica. Essa conveniência da mudança ou não é que tem que ser discutida com a seriedade que o senhor propôs, pela qual o cumprimento inteiramente. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; Presidente do IAB, Tiago, venho em meu nome e do Ver. Pedro Ruas trazer a saudação da Bancada do PSOL ao Instituto de Arquitetos do Brasil, dizendo que esse debate que o senhor nos propiciou, na tarde de hoje, foi muito importante, primeiro, em relação à realização de concursos públicos para projetos da Cidade. E vários exemplos foram trazidos durante a sua apresentação, colocando belos projetos arquitetônicos que foram construídos de maneira democrática, incentivando a participação popular e, ao mesmo tempo, a criação de novos talentos, como o caso da Biblioteca de Direito da USP, a Ponte de Blumenau e vários outros projetos realizados, independentemente da obrigatoriedade na Constituição. Na verdade, o instrumento prevê a realização desses concursos públicos como forma de dar mais transparência e democracia na gestão e no planejamento da Cidade. E se tem essa prerrogativa, é uma lástima que o Executivo, que o Governo José Fortunati não faça isso na nossa Cidade.

Nós estamos debatendo projetos que têm a ver, diretamente, com a nossa população, e o IAB tem estado na linha de frente na luta por democracia nesses projetos, e, ao mesmo tempo, aquilo que foi combinado com as entidades não é cumprido.

E o caso emblemático da revitalização da orla, ou melhor, da privatização da orla, é um caso trágico de ausência de participação popular, por um lado, e utilização de um critério absolutamente discutível, de notório saber, e, sobretudo, a ausência de democracia no debate de apresentação do projeto para a Cidade.

Isso é muito grave, porque nós não podemos aceitar que a Câmara de Vereadores faça o que o Executivo não fez, realize uma audiência pública para debater o Projeto, e a Prefeitura Municipal e o Prefeito José Fortunati se recusem a discutir tanto com a Câmara de Vereadores quanto com a cidadania, com a Cidade que quer discutir, que quer saber o que vai virar estacionamento, quer saber se saem ou não árvores, quer saber que tipo de pavilhões serão construídos, que quer saber o futuro da orla, que é de todos nós.

Então, cumprimento o senhor, coloco a Bancada do PSOL à disposição pela luta a favor de concurso público, e pelas lutas que estão em curso.

Eu ouvi várias coisas sobre a orla e sobre o Cais, e nós não temos muito tempo para debater neste período de apenas dois minutos, mas quero dizer que assim como a orla do Guaíba o Projeto do Cais é um Projeto de privatização, de construção de espigões, e, mais uma vez, também, está faltando democracia participativa na Cidade para construir um cais que seja da população, e uma orla que seja do povo, um espaço público de utilização para esporte, cultura e lazer.

Está feita a minha crítica, tanto ao Estado quanto à Prefeitura Municipal, Ver. Cecchim, mas nós não podemos nos furtar de fazer este debate, aqui, na Câmara de Vereadores, agradecendo a atuação do IAB, que muito enriquece a nossa Cidade com todas essas lutas. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero agradecer a manifestação do IAB e, de público, vejo, ali, a Jacqueline Sanchotene, uma lutadora na questão do Parque do Gasômetro, informo que teremos amanhã, às 10h30min, mais uma reunião, o IAB está convidado e os Vereadores da Comissão. Depois a assessoria passará todos os detalhes. Quero dizer que já conseguimos, nesta temática, avançar um pouco, a partir do estímulo da Associação a esta Presidência. E quero dizer que não chamamos antes porque tivemos um momento de ruptura. Graças à Associação, esse processo foi retomado, e, graças ao bom senso de todos, está se avançando nesse período.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): É que, Presidente, eu adoraria lhe dar, mas, regimentalmente, não tenho essa possibilidade. Sem dúvida nenhuma, podemos marcar uma outra possibilidade. Quero deixar bem clara aqui a necessidade da presença do IAB nesse processo de construção das políticas públicas. Vai ser muito importante. E quero agradecer a sua postura, aquele dia, na reunião, Presidente Tiago. Acho que nos ajudou na condução desse trabalho, que foi exaustivo e complicado, mas que nos ajudou bastante.

Quero agradecer a sensibilidade das nossas taquígrafas, que aderiram ao Outubro Rosa. Nós já vamos aí tirar uma foto com vocês. E vocês devem ter percebido – o pessoal de Casa já percebeu – que eu tenho usado – assim como o Ver. Delegado Cleiton, a Ver.^a Luiza e outros Vereadores também –, durante este mês de outubro, camisa rosa, exatamente em função do Outubro Rosa, que é, mais do que tudo, um estímulo à saúde da mulher, para que as mulheres possam, sem dúvida nenhuma, fazer o seu exame preventivo de câncer de colo de útero e de câncer de mama, e que possam, efetivamente, ser o grande escopo de cuidado de saúde das famílias. Os homens, muitas vezes, só vão à consulta quando são levados e estimulados pelas suas mulheres, até consultas em função de prevenção de câncer de próstata. O homem, muitas vezes, só vai se é estimulado pela mulher. Então este Outubro Rosa tem toda essa diversidade e todo esse significado. Parabéns e muito obrigado pela participação de vocês!

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador-Presidente, acho que a nossa Presidência, sob a batuta de um médico, gera também essas inspirações. Quero parabenizar as nossas taquígrafas. Que lindo! Que lição bonita das nossas funcionárias, mulheres que ficam escondidas e hoje vão para a frente, vão para as luzes. Parabéns e obrigada pelo trabalho de vocês, por esta militância espontânea, que nos dá uma grande lição.

Presidente, quero dizer a V. Exa. que a Diretoria Legislativa me informou que é liberalidade de V. Exa. permitir ou não que o convidado da Tribuna Popular possa reagir no final. Então, eu faria um apelo no sentido de que V. Exa. permitisse um minuto ao nosso convidado. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Concedo um minuto para que o Tiago faça as suas considerações finais.

O SR. TIAGO HOLZMANN DA SILVA: Obrigado, Presidente. Eu gostaria de agradecer as palavras da Ver.^a Sofia Cavedon, do Ver. Alceu Brasinha, do Ver. Reginaldo Pujol e da Ver.^a Fernanda Melchionna. Queria comentar, rapidamente, o que a Ver.^a Jussara Cony apresentou a respeito da 5ª Conferência da Cidade. O IAB, neste ano, realizou o seminário Quitandinha + 50, que são os seminários comemorativos aos 50 anos do primeiro seminário de reforma urbana que aconteceu no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, em 1963. E faremos o encerramento, em novembro deste ano, também no Hotel Quitandinha.

Gostaria de esclarecer ao Ver. Márcio Bins Ely que realmente o projeto da orla passou no CMDUA, mas era um estudo de viabilidade, não era o projeto; inclusive foi solicitada formalmente ao CMDUA a íntegra do projeto para que pudesse ser analisado e ainda não foi disponibilizado pelo que tenho conhecimento.

Com relação ao que comentou o Ver. Idenir Cecchim, a gente tem vários bons exemplos, Vereador, de projetos, obras que foram executadas a partir de concurso público. Então, na Praça da Matriz, há o prédio do Tribunal de Justiça, projeto dos arquitetos gaúchos Fayet e o Corona, que ganharam um concurso nacional; o prédio da Assembleia Legislativa, que foi um concurso nacional dos anos 50, ganho por um arquiteto paulista e um arquiteto carioca associados; a ampliação do Theatro São Pedro; o Parque Marinha do Brasil foi objeto de concurso público e ganho por arquitetos gaúchos; o Museu Iberê Camargo, projeto do Siza, que não foi um concurso nacional, mas foi um concurso privado que também nos permitiu aquela qualidade. Muito obrigado, agradeço a exceção e agradeço, de novo, a possibilidade de estar aqui presente com vocês. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h58min.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): (15h) Estão reabertos os trabalhos.

O SR. MARIO MANFRO (Requerimento): Presidente, Ver. Thiago, solicito a transferência do período de Grande Expediente de hoje para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. Mario Manfro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA

Não há quem queira discutir a Pauta. Encerrado o período de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h3min.)